

ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES DO IST

Comissão Permanente do Plano, Orçamento, Relatório e Contas

Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas 2001

1. Nota Prévia

O Relatório de Actividades e Contas 2001, em análise, foi apresentado à Assembleia de Representantes no mês de Abril de 2003.

Esta seria a data normal de apresentação do Relatório de Actividades e Contas 2002.

Tal como tem vindo nos últimos anos a suceder com o Orçamento – o referente a 2003 ainda não foi apresentado – o Relatório de Actividades e Contas é produzido com tal atraso, que torna a sua apreciação praticamente inconsequente.

A este propósito, transcreve-se do parecer sobre o Orçamento para 2001, emitido em Julho de 2001 por esta Comissão, o seguinte comentário, que mantém toda a actualidade e relevância.

“A apresentação do Orçamento para o ano de 2001 em Junho deste mesmo ano não pode deixar de ser criticada, pese embora que o actual CD só tomou posse em Janeiro. A apresentação tardia do Orçamento, que tem sido uma característica da gestão do IST, é uma prática que urge erradicar, uma vez que retira dignidade à aprovação deste importante documento pela Assembleia de Representantes e prejudica uma gestão rigorosa e eficiente.”

Por esta razão a CPORC entende que não se justifica uma análise em profundidade do Relatório, fazendo-se em consequência apenas uma apreciação sucinta do respectivo conteúdo.

Acresce que, estatutariamente, o Relatório e Contas é objecto de apreciação pela Assembleia de Representantes, não sendo aprovado ou rejeitado.

2. Apreciação do Relatório de Actividades

O Relatório de Actividades é um documento extenso (174 páginas), organizado em nove capítulos: 1. Principais Indicadores; 2. Missão e Orientação Estratégica; 3. Actividades dos órgãos Centrais; 4. Actividades de Ensino; 5. Infraestruturas e Obras; 6. Ligação à Sociedade; 7. Cooperação Internacional; 8. Organização Interna; 9. Recursos Humanos.

Dos principais indicadores, comparando os anos 2000/01 e 2001/02 observa-se que:

- O número de docentes (ETI) em exercício se manteve praticamente inalterado (827,6 vs. 825,7).
- O número de não-docentes decresceu de 612 para 580.
- O *numerus clausus* aumentou de 1335 para 1420; o total de admissões diminuiu de 1473 para 1448; o número de estudantes da licenciatura subiu de 8186 para 8556.
- O número de graus de licenciatura atribuídos reduziu-se de 883 para 827, ao mesmo tempo que o número de cursos de licenciatura subiu de 17 para 20.
- O número de estudantes de mestrado admitidos pela primeira vez desceu de 347 para 316; também o número de estudantes de mestrado a frequentar a parte escolar ou a elaborar dissertação diminuiu de 893 para 823.
- O número de graus de doutor concedidos evoluiu positivamente de 66 para 77.
- O rácio alunos/professores teve um ligeiro aumento de 14,7 para 14,9.

No que concerne a missão do IST reafirma-se que esta instituição visa *contribuir para o desenvolvimento da sociedade* – presume-se que em todas as vertentes: económica, científica, social e cultural – *promovendo um ensino de excelência e qualidade* – não se vê como atingir a excelência sem qualidade – e *desenvolvendo actividades de Investigação e Desenvolvimento essenciais para ministrar um ensino ao nível dos mais elevados padrões de qualidade* – considera-se redutor limitar o papel da I&D à melhoria da qualidade do ensino, ignorando o seu valor económico e cultural.

Quanto à orientação estratégica, refere-se que foi elaborado um plano de desenvolvimento para o quinquénio 2002-06, *que define os objectivos a atingir e as medidas necessárias ao reequilíbrio orçamental e à recuperação do prestígio do IST junto da opinião pública*. Para um plano estratégico a cinco anos, considera-se pobre este elenco, contudo, admite-se que a leitura do referido plano (que não conhecemos) possa ser mais esclarecedora.

No diagnóstico da situação em Janeiro de 2001 nota-se a preocupação com questões de organização interna, bem como a identificação de alguns problemas na área académica. designadamente no que toca à inadaptação dos *numeri clausi* de algumas licenciaturas face à procura, multiplicação de licenciaturas com poucos alunos e consequente desperdício de recursos docentes, disciplinas com taxas aprovação muito baixas.

Na acção executada, referem-se as medidas tomadas para resolver estas questões, que se afiguram adequadas.

A preocupação com os problemas de curto prazo, herdadas do passado terá condicionado de forma substancial o desempenho do Conselho Directivo ao longo de 2001.

3. Apreciação das Contas de 2001

As Contas – Balanço e Demonstração de Resultados – são acompanhadas por um relatório de auditoria elaborado pela firma BDO Binder & Co, o qual analisa com detalhe as mesmas.

O balanço em 31/12/01 mostra um activo de 24,2 Mc (milhões de contos), e um passivo de 17,5 Mc (do qual 14,5 Mc se referem a proveitos diferidos, correspondentes a subsídios ao investimento já recebidos e que serão reconhecidos como proveitos e ganhos extraordinários em anos futuros).

A diferença entre o activo e o passivo de 6,7 Mc é o capital próprio. Este inclui o resultado líquido do exercício de 1,2 Mc, valor que deve ser confrontado com o resultado líquido negativo de -325 kc observado em 2000.

Trata-se de um sinal importante do reequilíbrio entre receitas e despesas, corrigindo as anteriores práticas de gestão do IST.

As provisões para cobranças duvidosas cifravam-se em 1,1 Mc; as provisões para impostos (Plano Mateus e IVA) eram de 0,5 Mc; adicionando outras provisão chega-se a um total de 1,7 Mc, valor substancial que irá ainda condicionar a situação financeira durante alguns anos.

Ressalta da análise das Contas uma inversão da tendência despesista que vinha caracterizando a gestão do IST antes de 2001, que merece referência positiva. Naturalmente que a contenção necessária para pôr as contas em ordem não se faz sem consequências negativas para as condições de trabalho, pelo que urge procurar outras fontes de financiamento, para além do Orçamento de Estado, e racionalizar o uso dos recursos disponíveis.

4. Parecer

A Comissão considera que o Relatório de Actividades e Contas constituem documentos de boa qualidade técnica, que traduzem com fiabilidade a situação do IST á data de 31 de Dezembro de 2001, pelo que propõe uma apreciação favorável pela Assembleia.

Propõe ainda que a Assembleia de Representantes solicite ao Conselho Directivo que, a partir do ano em curso, estes documentos sejam presentes até ao final do mês de Junho.

Instituto Superior Técnico, 9 de Maio de 2003.

O Coordenador da CPORC



Prof. José Sucena Paiva